



Texto síntese – Roda de Diálogo SNEA 14

Educação em Agroecologia: interfaces, atores, métodos e técnicas na perspectiva do diálogo e da religação dos saberes

José Nunes da Silva¹; Jorge Luiz Schirmer de Mattos²

¹ Professor da UFRPE, Núcleo de Agroecologia e Campesinato, mestre em Extensão Rural e doutor em Sociologia Rural. Email: zenunes13@yahoo.com.br; ² Professor da UFRPE, Núcleo de Agroecologia e Campesinato, mestre em Zootecnia (UFLavras) e doutor em Zootecnia (UFV) Email: js-mattos@hotmail.com

O I Seminário de Educação em Agroecologia (I SNEA), realizado em Pernambuco, em julho de 2013, resultou na elaboração de um conjunto de princípios e diretrizes consubstanciados nos princípios da vida, da diversidade, da complexidade e da transformação. Para os participantes do I SNEA, cujo enfoque foi a educação formal, princípios e diretrizes são orientações para uma tomada de decisão sobre qual caminho seguir visando a realização de uma Educação com enfoque agroecológico comprometida com a construção de um futuro mais sustentável (AGUIAR et al, 2016).

O princípio da vida nos ensina que é na natureza onde se reproduzem e se realizam todas as formas de vida, inclusive a dos seres humanos. E, nas palavras de Morin, “o humano encontra-se no que é vivo e igualmente o que é vivo encontra-se no humano” (MORIN, 2004, p.195). É preciso ensinar a viver e viver a vida com toda a sua intensidade, para além do antropocentrismo engendrado pela ciência moderna (SILVA, 2010, p. 42). O princípio da diversidade se contrapõe às concepções totalizadoras, homogêneas, padronizadoras, universais e excludentes ainda presentes na Educação e põe em relevo a multiplicidade de culturas advindas de diversos povos, comunidades e movimentos, em especial, o papel exercido pelas mulheres, que compõe esse “caldo” substantivo denominado sociedade brasileira. Já o princípio da complexidade nos orienta a primar pelo pluralismo metodológico e epistemológico e fugir da simplificação, da fragmentação, da compartimentação e da hiperespecialização, para a organização dos conhecimentos a partir de ações e atitudes transdisciplinares (MORIN, 2008, p.14). Segundo o autor, para isso, “é preciso tomar consciência da natureza e das consequências dos paradigmas que mutilam o



conhecimento e desfiguram o real”. Por fim, o princípio da transformação nos convida a pensar processos educativos emancipatórios e protagonizados por sujeitos críticos, criativos e autônomos.

Passados três anos do I SNEA, constata-se uma multiplicidade de iniciativas, no âmbito formal e principalmente não-formal, que estão em evidência no Brasil afora, cujos desdobramentos apontam para um diálogo com os princípios e diretrizes que fundamentam a Educação em Agroecologia.

A Educação em Agroecologia vem se construindo a partir de diferentes experiências, com distintos atores, em uma variedade de lugares, inclusive na escola, orientada por uma pluralidade de concepções pedagógicas e coordenada por uma ampla gama de métodos e técnicas e em diálogo com outras expressões, modalidades ou vertentes que transitam no campo da educação. Esse é o caso da interface com a educação ambiental, a educação inclusiva, a educação popular e a educação do campo, presente em um conjunto de textos apresentado ao II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (UFRRJ, 2016), cuja síntese revela vários esforços que vêm sendo feitos no sentido de experienciar com criatividade, ousadia e atitude, aquilo que vem se denominando de Educação em Agroecologia. Trata-se de uma multiplicidade de técnicas de ensino (contação de histórias, serões de estudo, uso de diferentes gêneros textuais, teatro, oficinas, facilitação gráfica, vídeos, etc) utilizadas nos processos educativos, bem como, o uso de métodos coletivos de construção de saberes como, por exemplo, os mutirões, círculos de culturas, as caravanas e a diferentes processos formativos fundamentados na Pedagogia da Alternância. E, isso tudo, associado a um rico espectro de processos educativos consubstanciados, na maioria das vezes, nos princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia (AGUIAR et al., 2016).

Síntese dos trabalhos



O texto “**NEA Castanhal: entre avanços e desafios, uma proposta transdisciplinar de educação em agroecologia na Amazônia Paraense**” apresenta a experiência do Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia na Amazônia (NEA-Castanhal), trazendo elementos de contextualização geral e apresentando os caminhos trilhados para a concepção do NEA enquanto um espaço de articulação político-pedagógico, com o intuito de promover a animação de processos sociais e a concretização do ensino-pesquisa-extensão com base na Agroecologia, com a participação de educadores, estudantes e agricultores familiares camponeses. Para cumprir essa tarefa são desenvolvidas ações em várias direções, sendo aqui descritas e refletidas algumas delas: a construção das Unidade Pedagógica de Experimentação Agroecológica (UPEAs); ações de formação protagonizadas pelos estudantes como os “Espaços de Formação” e as palestras sobre os riscos do uso de agrotóxicos em escolas da rede pública; ações de formação com instituições parceiras como as “Quintas Agroecológicas” e; Cursos de Formação Inicial e Continuada em Agroecologia, Agriculturas de Base Ecológica e Políticas Públicas para agricultores e agricultoras familiares camponeses, agentes de desenvolvimento e movimentos sociais. Os autores destacam que “um dos elementos metodológicos importantes do NEA–Castanhal é a Unidade Pedagógica de Experimentação Agroecológica (UPEA), que é concebida como um espaço físico de ensino-pesquisa-extensão, onde os sujeitos educativos envolvem-se no seu planejamento, na sua construção, no diálogo de saberes, na reflexão dos resultados alcançados, assim como nas possibilidades de disseminação dos mesmos para outros agroecossistemas”. Sejam nas UPEAs, ou em outros diferentes espaços, o NEA vem desenvolvendo um conjunto de processos educativos, nos quais tem realizado palestras e cursos (sobre diferentes temáticas e reunindo diferentes sujeitos, como estudante universitários, agricultores, técnicos da ATER, dentre outros). Os autores apresentam as interfaces da experiência educativa com os princípios da Agroecologia em que o **princípio da complexidade** reside em atividades que foram estruturadas para possibilitar a apreensão da realidade local de forma complexa ao envolver no mesmo processo de formação diferentes dimensões da realidade. Assim,



foram incluídas reflexões no percurso de formação ligadas a dimensão ecológico-técnico-produtivo, a dimensão socioeconômica e cultural e a política. Para pensar o desenvolvimento da educação em Agroecologia numa instituição quase centenária, precisa pensar na contradição, demonstrando os diferentes problemas da realidade vivida (interna e externamente) para buscar sua superação a partir dos princípios que norteiam a construção científica da Agroecologia. É necessário superar a perspectiva cartesiana de ensino e avançar na lógica interdisciplinar, transdisciplinar e intercultural, valorizando os saberes e práticas dos grupos sociais que não se renderam ao conformismo da ciência ocidental. O **princípio da vida** se fundamenta numa concepção biocentrista, onde os seres vivos possuem um papel importante para a produção e reprodução da vida. A ideia de nicho ecológico é fundamental, neste sentido, por valorizar a função que cada ser possui no ambiente. No âmbito dos seres humanos, fizemos a opção clara pelo fortalecimento de um modo de vida que se adapta aos ecossistemas em geral e coevolui com os mesmos, especialmente na Amazônia profunda dos povos e comunidades tradicionais. O texto menciona Ploeg (2008) ao comentar que as agriculturas familiares camponesas possuem uma relação direta com o princípio da vida visto que estes agricultores e agricultoras são detentores de uma base de recursos naturais que é historicamente construída e fortalecida para garantir seu sustento. Nesta perspectiva, o fortalecimento deste segmento da sociedade local representa uma iniciativa que procura articular a melhoria de vida dos agricultores familiares com a manutenção, reprodução e fortalecimento dos recursos naturais mobilizados por eles e a ideia de fortalecer as “culturalezas”. O **princípio da diversidade** ampara-se em ações que “buscam a participação de lideranças, agricultores e técnicos extensionistas e proporcionam a inclusão de diferentes atores em um mesmo espaço de formação representando, portanto, um diálogo com o princípio da diversidade defendido pela formação em Agroecologia”. Parafrazeando Leff (2016), os autores afirmam que “esse aspecto é fundamental em função da diferença ser uma condição ontológica dos seres humanos e que precisa ser considerada na construção de espaços de formação” e para dizer que “ainda está no campo dos desafios, um avanço maior na



valorização das relações de gênero e gerações nos processos construídos”. Já o **princípio da transformação** “diz respeito à realização de sistematizações de processos de organização vividos nas localidades, coleta de informações pelos educandos (as) sobre práticas produtivas locais, entre outros”. Segundo os autores “essa dinâmica de formação está ligada ao conceito de transformação socioambiental cunhado por Sevilla Guzmán (2013) que se baseia no descobrimento, na sistematização, na análise e no movimento potencializador dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização. O NEA também promove “o estímulo à participação das mulheres em condições de igualdade e ao respeito do conhecimento local são elementos discutidos nas atividades”. Isso porque “as discussões sobre a realidade social e produtiva dos territórios indicam que o acesso limitado das mulheres nas discussões sobre os recursos naturais constitui um impedimento para igualar as oportunidades entre os gêneros, conforme tem apontado vários debates no campo da Agroecologia *versus* feminismo”. Assim, o NEA “defende uma perspectiva de Agroecologia Política, no sentido de González e Molina, onde o conjunto das ações de fortalecimento ecológico-produtivo, possa se transformar efetivamente em articulação social-cultural e política de transformação da realidade. Neste caso, necessita-se refletir mais sobre as relações de poder nos territórios (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2011)”. Por fim é apresentado no texto para debate um conjunto de desafios que envolvem a captação de recursos, as relações interpessoais, o produtivismo na pesquisa, a valorização do conhecimento acadêmico e popular na construção do conhecimento agroecológico, a experimentação a partir da realidade local e a construção de uma ciência para além do paradigma dominante: “a) A manutenção destes grupos/núcleos não pode estar assentada apenas em editais de fomento específico para isso. Estes editais possuem papel importante na estruturação e possibilidade de trabalhos, especialmente no que tange a extensão. No entanto, uma estratégia de diversificação de fomento às atividades e a luta por editais internos na instituição para este fim são fundamentais para a permanência ativa do NEA. Desta forma, tem-se desafiado a captar outros recursos e se dispor a disputar outros editais que dialoguem com os objetivos definidos pelo grupo naquele determinado período; b) A



superação dos “egos pessoais” e a postura pessoal/profissional para que tenhamos um grupo de docentes amplo, diverso e plural também é um grande desafio. Grande parte dos mecanismos de comando e controle acadêmicos incentivam o docente a ser competitivo e individualista por natureza, a começar pela plataforma Lattes que não valoriza ações de articulação político-acadêmica e produções coletivas de grupos de pesquisa e prima pelos “mais produtivos”. Repensar um grupo nesta lógica e negar estes preceitos não é tarefa fácil e necessita de paciência e reflexão/avaliação constante; c) Aprimorar os métodos e seguir produzindo conhecimento de forma coletiva, envolvendo conhecimentos acadêmicos e as sabedorias dos povos Amazônicos nos desafia diariamente. Avançar para UPEAs nas comunidades rurais, onde os(as) agricultores(as) possam definir o que pesquisar, partindo dos problemas reais e possam gerar conhecimento significativo para superação das suas dificuldades ecológicas-produtivas e organizativas faz parte de nossa busca constante e; d) Por fim, produzir uma ciência, para além do paradigma dominante, que fortaleça o território como espaço de vida e que produza conhecimentos para construir com a maioria da sociedade – a classe trabalhadora, talvez seja nosso maior desafio e sonho ao mesmo tempo. Contudo, como diz o poema, isso é o que nos faz caminhar”.

O trabalho intitulado **“A Escola Família Agrícola e a pedagogia da alternância no Território do Sisal: compartilhando a vida e ressignificando saberes”** traz para o debate a proposta pedagógica das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) do semiárido baiano (Território do Sisal). Os autores apresentam um conjunto de argumentos que apontam a Pedagogia da Alternância como uma estratégia valorosa para a construção de saberes partilhados pela escola, educadores, educandos, famílias e comunidade. Nesta experiência a Pedagogia da Alternância se une ao debate sobre a importância da Educação Contextualizada para formar jovens “para ficar no campo”, fortalecidos em suas identidades e cientes do seu papel de protagonistas, muitos, a partir da agricultura familiar. A perspectiva de formação integral dos jovens rompe com a linearidade das propostas formativas exclusivamente profissionalizantes, formando cidadãos capazes de analisar o meio em que estão inseridos e, sobretudo, atuar nele. Sendo assim, nos termos dos autores



“a proposta educacional das EFAs deverá ser compreendida como um meio de aproximação do sujeito com o ambiente em que ele vive, advertindo a necessidade de considerar a identidade de cada sujeito, respeitando sua cultura, e, sobretudo articulando os conhecimentos empíricos que os educandos trazem de suas realidades com o científico que é trabalhado pela escola. Desta forma, as EFAs contribuirão para elevação na qualidade do ensino e aprendizagem dos educandos do campo”. É dessa aproximação sujeito-ambiente, dessa (re)valorização de identidades múltiplas, particulares de cada cultura, que oferece “um caldo” para articulação entre saberes (empíricos-científicos-populares) que surgem interfaces desta experiência com a educação em agroecologia e seus princípios (vida, complexidade, diversidade e transformação).

O trabalho “**A abordagem da agroecologia nas práticas diárias da escola família agrícola Dom Luciano (Catas altas de Minas/MG)**” descreve a experiência com formação de jovens sob os princípios da pedagogia da alternância. Na prática cotidiana da EFA os jovens realizam cultivos de hortaliças orgânicas, que enriquecem as dietas durante o período presencial. Destaca, do ponto de vista das ferramentas pedagógicas, o uso do plano de estudo e caderno de realidade, elaborados a partir das especificidades de cada estudante e sua família, bem como o caderno de acompanhamento (facilitador dos processos coletivos de avaliação) e os serões, como momentos de aprofundamento de estudo. É necessário que, para além das hortas orgânicas, possamos aprofundar como estas experiências das EFAs vêm contribuindo, efetivamente, para o fortalecimento de processos educativos que dialoguem, mais amplamente, com os princípios da educação em Agroecologia (vida, complexidade, diversidade e transformação).

No artigo intitulado “**Agroecologia e educação do campo: pesquisa, ação e reflexão a partir da Escola Municipal Holanda**” os autores apresentam uma experiência que busca articular educação do campo e educação em agroecologia em escolas rurais do município de Goiás. O sujeito articulador é o GWATÁ (Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia da Universidade Estadual de Goiás/Campus Goiás). Destaca-se aqui uma perspectiva formativa que objetiva trabalhar, tanto com os professores, quanto com os



estudantes (do 4º e 9º anos) da Escola Holanda, situada numa região (re)territorializada na luta camponesa por terra. Metodologicamente optam por técnicas como a contação de histórias, a leitura de contos e poemas, além de utilizarem estratégias coletivas de trabalho como o mutirão, nos quais propicia-se um ambiente amplamente favorável a circularidade horizontal de saberes. Sobre os princípios da vida, diversidade, complexidade e transformação, afirmam os autores que quando pensaram o trabalho junto aos alunos, pensaram o debate sobre alimentação saudável como princípio da vida e o direito à vida digna e saudável, problematizando como ela está acontecendo nas realidades do campo e da cidade. Ao tratarem da diversidade, os autores afirmam que não é só plantar variedades distintas de espécies vegetais mas, também, pensar para além dos valores postos e impostos pela monocultura e modernização da agricultura, tendo clareza de que é fundamental vivenciar práticas que rompam com a “monocultura da mente” sendo, tal ruptura, um dever de todos que lutam pela construção do território agroecológico em nosso país.

A complexidade de se construir a Agroecologia deve evidenciar-se nas práticas cotidianas que expõem diferentes relações, articuladas em redes de saberes, atores e agroecossistemas, fundamentais para impulsar processos transformadores que desafiam a educação em agroecologia. Por fim concluem “a partir de nossas ações com as crianças, conseguimos então a transformação de seus pensamentos, compreendendo que a Agroecologia não é somente um modo de agricultura orgânica e sim um modo de vida, podendo abrir nosso campo de visão, quebrando o olhar positivista sobre o mundo, permitindo também uma reflexão mais ampla sobre o sistema capitalista e consumista no qual estamos inseridos. A partir desse trabalho pedagógico com as crianças temos como objetivo a conscientização dos pais e posteriormente da comunidade na qual estão inseridos”.

No artigo “**Inclusão em movimento: uma parceria IFES e Associação Pestalozzi de Santa Teresa – ES**” os autores tratam da interface entre educação inclusiva e Educação em Agroecologia. A parceria articula o Instituto Federal do Espírito Santo (*Campus Santa*



Teresa) com a participação dos estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (componente curricular “Diversidade e Educação”), os participantes do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA-ST) e a Associação Pestalozzi de Santa Teresa.

Foi realizado um conjunto de oficinas temáticas (vida do solo, produção de mudas da Mata Atlântica, minhocário e compostagem) envolvendo os estudantes participantes do projeto. Chama a atenção para as reflexões, em termos de acúmulo metodológico e pedagógico da Educação em Agroecologia, a experimentação de diferentes técnicas teatrais, que tornaram o processo de ensino-aprendizagem mais lúdico, logo mais acessível ao público trabalhado na experiência. Diante desta realidade os autores afirmam que “Os Princípios e Diretrizes da Educação em Agroecologia, definidos no Iº Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (2013): *Vida, Diversidade, Complexidade e Transformação*; evidenciaram parâmetros fundamentais para o desenvolvimento do Projeto, ou seja, o princípio da *vida* que ensina que é na natureza onde se reproduzem e se realizam todas as formas de vida, inclusive a dos seres humanos; o princípio da *diversidade* que se contrapõe às concepções excludentes, presentes na educação; o desenvolvimento de um *pensamento complexo* que busca fugir da fragmentação, colocando em prática uma perspectiva transdisciplinar”, que apontam como fundamental para o avanço dos processos educativos em Agroecologia, buscando construir relações harmoniosas na diversidade dos sujeitos, consequentemente, permitindo a vivência de práticas mais inclusivas.

“Sombra, escola fresca e alimentação saudável: experiências de educação ambiental agroecológica do Coletivo Caipora, em Sete Lagoas, MG” relata a experiência nas Escolas Estaduais Doutor Avelar e Governador Juscelino, no município de Sete Lagoas. Esta experiência menciona o desafio da articulação entre escolas públicas e coletivos agroecológicos (Guayi/Caipora) para a construção de processos educativos em educação ambiental em diálogo com a Educação em Agroecologia. Após levantamento prévio das realidades ambientais das duas escolas, foram organizadas atividades como dias de campo (sábado letivo), oficinas temáticas e cine-debates, que se apresentam como



técnicas inovadoras de ensino-aprendizagem. Destaca-se ainda a contação de histórias e as instalações pedagógicas, que permitem adequar os diferentes conteúdos trabalhados na experiência aos diferentes grupos etários envolvidos na proposta. Ao concluírem os autores afirmam que “Com essa experiência o coletivo constatou a necessidade de se trabalhar educação agroecológica não só com alunas(os), mas principalmente com professoras(es), para que esses possam refletir sobre as questões socioambientais, despertando a consciência crítica e a motivação para incluir a participação coletiva no cotidiano escolar”. No tocante ao diálogo da experiência com os princípios da Educação em Agroecologia os autores citam que “As experiências nas duas escolas foram fundamentadas nos princípios da vida, da complexidade e nos princípios da transformação. As diretrizes observadas foram: 1) a sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética; 2) o reconhecimento do território onde estão inseridos, considerando toda a sua complexidade e diversidade ecossistêmica e social e como espaço em disputa e de conflito entre os diferentes setores socioeconômicos; 3) indissociabilidade entre extensão-ensino-pesquisa; 4) leitura crítica da realidade e adoção de instrumentos metodológicos participativos; 5) formação inicial e continuada em Agroecologia para professoras(es) e alunas(os) das escolas; 6) superação da dicotomia entre teoria-prática para contribuir para conhecer-compreender e propor-agir; 7) agroecossistema concebido como ferramenta para a construção do conhecimento; 8) promoção de práticas emancipatórias, visando a autonomia e o protagonismo dos sujeitos na construção de relações sociais justas e solidárias e da consciência planetária. Todas as atividades foram transversais a todas essas diretrizes, abordando de maneira sistêmica cada princípio nas atividades elaboradas”.

No trabalho “**Intercâmbio de saberes entre agricultores e estudantes universitários: caminhos para difusão do pensamento agroecológico no Cariri cearense**” os autores pautam o desafio da formação de agrônomos sensibilizados para atuarem na perspectiva agroecológica, uma vez que as graduações nesta área do conhecimento, majoritariamente permanecem com projetos formativos convencionais, fundamentados na Revolução Verde, nos quais predominam o uso intensivo de fertilizantes



químicos e agrotóxicos. Para se contrapor a esse modelo formativo os autores apresentam como alternativa metodológica a realização de intercâmbios de saberes. Destacam que nos mesmos há uma troca ativa de conhecimentos, na qual os agricultores experimentadores assumem o papel de educadores, a partir de sua própria vivência. Nesta troca, conhecimentos sobre a região, os diferentes manejos e tecnologias aparecem como parte desse rico universo de conhecimentos acumulados e postos em prática pelas famílias agricultoras. Segundo os autores, as mulheres assumem papel de destaque na circulação desses saberes e os assessores técnicos, na mediação de diferentes situações, por vezes conflituosas, desse processo de aprendizagem que é a transição agroecológica. Por tudo isso os autores concluem afirmando que os intercâmbios de saberes trazem “para os futuros profissionais agrônomos a importância da agricultura sustentável adaptada às condições climáticas e sociais do Semiárido brasileiro”, fortalecendo as experiências de agricultoras e agricultores experimentadores e fazendo com que esses conhecimentos cada vez mais possam ser difundidos e fortalecidos dentro e fora das universidades, potencializando a formação de profissionais mais comprometidos com as transformações que a agroecologia pode fomentar.

O artigo **“RESEA em movimento: as caravanas agroecológicas e culturais de Sergipe construindo o conhecimento agroecológico”** descreve a experiência da Rede Sergipana de Agroecologia na articulação/construção das Caravanas agroecológicas e culturais pelo estado (Territórios do Alto Sertão, Baixo São Francisco, Sertão Ocidental e Sul Sergipano). “Nas Caravanas de 2015 fizeram parte da abordagem metodológica e pedagógica os intercâmbios, as instalações pedagógicas, os círculos de cultura e a facilitação gráfica como elementos pedagógicos para a construção do conhecimento coletivo na Agroecologia e formação dos envolvidos nas caravanas”. Tendo a educação popular como fundamentação, as caravanas primaram pela troca de experiências, compreendendo-a como uma das práticas essenciais na construção do conhecimento agroecológico. “Nesse sentido, as estratégias que fortalecem essas trocas como caravanas, intercâmbios, rodas de conversa, entre outras têm se caracterizado enquanto instrumento



pedagógico que contribui diretamente no processo de aprendizado. A partir da troca de experiências nesses espaços o saber agroecológico se irradia, valorizando o conhecimento popular e permitindo a formação entre os camponeses”. A experiência destaca ainda o desafio de construir tais processos educativos a partir da mediação do diálogo necessário entre os diferentes atores sociais e políticos presentes nos territórios. Neste contexto os autores afirmam que “um passo muito importante para impulsionar e qualificar a organização das caravanas foi a oficina de instalação artístico pedagógica e a facilitação gráfica realizada pela RESEA em junho de 2015 que habilitou os participantes para o uso dessas metodologias como ferramenta para a sensibilização e o debate da temática agroecológica durante as caravanas. Participaram da oficina integrantes da RESEA, técnicos, pesquisadores, educadores e comunicadores populares, estudantes e durante o curso foram selecionados os/as animadores/as territoriais de cada uma das caravanas territoriais”. Todo esse processo culminou com a realização do II Encontro Sergipano de Agroecologia, fortalecendo identidades e parcerias, de extrema importância para a construção do conhecimento agroecológico no estado.

O texto **“Da memória oral ao audiovisual: os saberes agroecológicos salvaguardados pelas lentes”** parte das Caravanas Agroecológicas e Culturais do Projeto Comboio de Agroecologia do Sudeste, para afirmar que “a integração entre imagem em movimento e som potencializam a construção e o compartilhamento do conhecimento agroecológico. E, além de representar uma contribuição com a resistência e reprodução dos saberes populares tradicionais, assume-se como ferramenta de registro material e propagação da memória e de saberes transmitidos tradicionalmente de forma oral”. Nesta experiência o audiovisual é considerado como ferramenta destinada, mais especificamente, a dois fins: 1) de permitir o intercâmbio e salvaguarda de conhecimentos e 2) de afirmação cultural, denúncia e resistência. Afinados a esses fins, durante as quatro caravanas realizadas pelo Comboio de Agroecologia do Sudeste organizou-se um coletivo de comunicadores populares que se dividiram pelas rotas produzindo textos, fotos, facilitações gráficas e vídeos das experiências visitadas e foi produzido para cada Caravana, um vídeo-



documentário que apresentou através das imagens e relatos um pouco das experiências vividas. Reafirmando o recurso audiovisual como uma ferramenta de fácil acesso que potencializa os processos de educação popular os atores concluem que “analisando o potencial comunicativo e imersivo do audiovisual, observaram que os registros além de eternizarem os saberes populares também os compartilham, rompendo as barreiras das distâncias e do tempo. Os vídeos-documentários das caravanas agroecológicas, além de apresentarem as caravanas como uma atividade do projeto Comboio, carregam em si uma série de saberes agroecológicos nas vozes de agricultores, estudantes, pesquisadores e de toda a diversidade presente nas caravanas dialogando assim com o princípio da diversidade, da Educação em Agroecologia, onde devemos respeitar os diversos saberes e desconstruir a ideia que o conhecimento só é proveniente da academia. Muito além de dificuldades técnicas para gravação, o processo mais intenso da produção dos documentários foi a edição, onde uma grande quantidade de informações preciosas, captadas pelas lentes, precisavam ser garimpadas para conseguir se construir um vídeo curto. Mas, mesmo que grande parte do material não esteja presente nos produtos finais, o que foi gravado está guardado, como um livro em uma biblioteca, ainda assim um dos grandes desafios é como organizar e disponibilizar todo esse material. De toda maneira, o vídeo criado consegue ser um material educativo, que sistematiza os processos de transição visitados e ao mesmo tempo serve como fonte de diversas informações podendo ser utilizado para uma análise do desenvolvimento da Agroecologia no Sudeste quanto para uma aula sobre compostos orgânicos. As informações estão ali, nas imagens e nos sons”.

No trabalho “**Metodologias Participativas na Extensão Rural Agroecológica: reflexões da experiência vivenciada junto aos estudantes de cursos Técnicos em Agropecuária no Semiárido nordestino**” os autores descrevem e analisam uma experiência de formação voltada para jovens estudantes no Sertão do São Francisco (BA/PE). Os jovens são estudantes da Escola Família de Sobradinho (EFA-Sobradinho) e Instituto Federal (IF-Sertão). O foco da formação foram as Metodologias Participativas para Extensão Rural Agroecológica. Durante três dias, 85 jovens vivenciaram na teoria e



na prática exercícios simulados de diferentes metodologias como Carrossel Pedagógico, Tempestade de Ideias, Linha do Tempo, dentre outras. Fundamentada pelos acúmulos da educação popular e das contribuições freireanas a formação tinha como princípios: os educandos como sujeitos, agentes do processo; busca e construção coletiva do conhecimento como instrumento de intervenção e transformação da realidade; democratização e dialogicidade nas falas e audições; mediação problematizadora e; trabalho coletivo e vivência colaborativa. Após ministrarem conteúdos sobre agroecologia, ATER, Convivência com o semiárido e metodologias participativas, os autores afirmam que a formação promoveu o intercâmbio, com muitas trocas entre os dois grupos de jovens (EFA-Sobradinho e IF-Sertão); que propiciou uma experiência pedagógica diferenciada daquela convencional, vivenciada, principalmente no IF-Sertão. A experiência aponta como desafio para Educação em Agroecologia a ruptura com perspectivas formativas estritamente tecnicistas, que não priorizam uma formação mais holística que dialogue com os seus princípios (vida, complexidade, diversidade e transformação). A EFA, pela própria perspectiva de escola e pela adoção da Pedagogia da Alternância como práxis, permite outra inserção dos sujeitos em seu meio, problematizando-o e, potencializando suas ações transformadoras.

Em “**Diversidade produtiva no assentamento Bernardo Marin II em Russas – Ceará**” os autores trazem os ensinamentos que a agricultura familiar camponesa acumulou a partir das diferentes vivências da produção vegetal e animal nos assentamentos no Brasil. Nas diferentes experiências, que caracterizam a transição agroecológica, os camponeses do assentamento apresentado (re)aprendem e (re)ensinam, outras relações com o solo, com as plantas, consigo mesmos e a natureza. É importante que aprofundemos como estes aprendizados e ensinamentos se articulam com os princípios da vida, diversidade, complexidade e transformação (princípios da Educação em Agroecologia), que dialogam diretamente com as matrizes formativas e pedagógicas da Pedagogia do Movimento (CALDART, 2000), que fundamenta os diferentes processos educativos formais e não-formais protagonizados pelo MST.



A guisa de conclusão

Ao mesmo tempo em que revela contribuições valiosas para a Educação em Agroecologia o resultado da presente síntese expõe um conjunto de fragilidades que desafiam a coletividade para a construção participativa de referenciais teórico próprios deste campo educativo, que sejam capazes de reunir os fundamentos teóricos e metodológicos necessários para orientar os processos formativos das inúmeras iniciativas em curso e as que virão. Daí, por exemplo, a necessidade de adequações pedagógicas e metodológicas que deem conta de atender um amplo leque de demandantes das práticas educativas, que oscilam desde agricultores pouco alfabetizados ou analfabetos, passando pela educação básica, ensino médio, técnico, tecnológico e superior. Também é necessário envolver iniciativas que adquiram um caráter estruturador na forma de cursos, programas, centros etc. para situar os limites e os horizontes da Educação em Agroecologia. Isso, por certo, envolverá a articulação de diferentes atores institucionais para a construção/consolidação de processos educativos que efetiva e genuinamente estejam ancorados nos princípios da Educação em Agroecologia. E, nesse sentido, os núcleos e/ou grupos de Agroecologia, que vêm assumindo papel protagonista na articulação de redes, terão peso fundamental, dado a sua composição, inserção, capilaridade, resiliência e capacidade de transformação.

Não menos importantes de serem levadas em consideração nesse construto coletivo serão as contribuições, ensinamentos e aprendizados colocados em relevo há décadas pelas escolas famílias agrícolas, pela educação popular e, mais recentemente, pelas escolas do campo, dado ao seu envolvimento, resistência, capacidade de mobilização e conexão com a comunidade e o campo. E são, por isso, experiências que tem muito a acrescentar na construção da Educação em Agroecologia pensada num terreno mais amplo, ainda que em sua origem e, em muitos casos, ainda hoje as questões da Agroecologia não estejam colocadas de forma determinante no processo formativo.



Re-juntar a parte e o todo, o texto e o contexto, o global e o local, a cultura das humanidades e a cultura científica e não se deixar seduzir pelos confortáveis apelos da hiperespecialização e da fragmentação (CARVALHO, 2004), configuram-se como desafios centrais nessa caminhada.

Referências

- AGUIAR, M. V. de A.; MATTOS, J. L. S.; LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. de; SILVA, J. N. da, PEREIRA, M. C. B.; VASCONCELOS, G. S.; CAPORAL, F. R. Princípios e diretrizes da educação em Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v.11, n.1, 2016. 15p.
- CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 3ª Edição, 2004. 440p.
- CARVALHO. Religar ciências da natureza e ciências da cultura. In: MORIN, E. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. 588p.
- MORIN, E. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. 588p.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 177p.
- SILVA, M.R.F. **Ciência, natureza e sociedade: diálogo entre saberes**. São Paulo: Livraria da Física, 2010. 150p.